## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

# **RESOLUÇÃO 1184 /2021**

Aprova o Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para o período 2021-2026 e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** as diretrizes nacionais de planejamento e gestão estratégica que devem nortear a atuação dos órgãos do Poder Judiciário, estabelecidas na Resolução nº 325, do Conselho Nacional de Justiça, de 29 de junho de 2020, que instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026:

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar o alinhamento dos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro ao conteúdo temático dos Macrodesafios dispostos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e promover o aprimoramento das entregas previstas na cadeia de valor institucional, o permanente progresso da estratégia e o atingimento dos resultados almejados pela instituição;

**CONSIDERANDO** a necessidade de atualização do Plano Estratégico TRE-RJ 2016-2021, aprovado pela Resolução nº 938/2015, publicada em 18 de dezembro de 2015, cuja vigência se encerra em dezembro de 2021;

**CONSIDERANDO** a revisão de direcionadores, prioridades e estratégias da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro realizada de forma participativa no primeiro semestre de 2021, com base na avaliação dos ambientes interno e externo, do contexto de atuação do Tribunal e dos possíveis cenários futuros;

CONSIDERANDO o compromisso deste Tribunal com uma gestão pública responsável e de qualidade,

**RESOLVE:** 



#### TÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Instituir o Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro para o período de 2021 a 2026, na forma estabelecida no Anexo desta Resolução.

#### TÍTULO II

# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### **CAPÍTULO I**

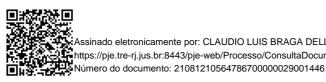
## DA EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO TRE-RJ 2021-2026

- **Art. 2º** A execução do Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026 é de responsabilidade compartilhada de magistrados(as) de primeiro e segundo graus, servidores(as) e colaboradores(as) do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e se fará de forma colaborativa, participativa e transversal a todos os níveis de gestão, em conformidade com as diretrizes e decisões das instâncias de governança institucional.
- **Art. 3º** A estratégia institucional será impulsionada por iniciativas estratégicas, táticas e operacionais, constituídas por programas, projetos, medidas e ações a serem desenvolvidos no âmbito das unidades da estrutura organizacional e das instâncias de apoio à governança e à gestão institucional.
- **Art. 4º** As iniciativas a serem propostas a partir da publicação desta Resolução deverão estar alinhadas ao Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026.

## **CAPÍTULO II**

## DA GESTÃO DA ESTRATÉGIA

**Art. 5º** As iniciativas estratégicas definidas e priorizadas integrarão o Plano Diretor da Estratégia, que deverá ser aprovado por Ato do Presidente do TRE-RJ e publicado, anualmente, no mês de fevereiro.



- § 1º O Plano Diretor da Estratégia deverá ter abrangência de três anos e ser revisado anualmente, contemplando as iniciativas estratégicas a serem executadas no exercício corrente e nos dois subsequentes à sua aprovação.
- § 2º A avaliação pelo Comitê de Gestão da Estratégia quanto à priorização e à integração de iniciativas ao portfólio estratégico, conforme previsto em ato regulamentador, deverá se pautar precipuamente pelos objetivos, estratégias e indicadores definidos no plano estratégico em anexo, considerando ainda a necessidade de atendimento a eventuais demandas de órgãos superiores, dentre outros critérios.
- **Art. 6º** As fichas técnicas dos indicadores que compõem o Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026 contemplarão as metas anuais e, após aprovação pelo Comitê de Gestão da Estratégia, integrarão o Glossário de Indicadores de Desempenho da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, cuja versão inicial será aprovada por Ato do Presidente do Tribunal e publicada até o final do mês de outubro de 2021.
- § 1º Caberá à Coordenadoria de Planejamento Estratégico, por intermédio da Seção de Inteligência de Dados Estratégicos, coordenar os trabalhos de elaboração e revisão das fichas técnicas dos indicadores junto às respectivas unidades gestoras.
- § 2º A mensuração do desempenho estratégico institucional nos termos dos indicadores previstos no plano em anexo terá por referência inicial o primeiro trimestre de 2022, mantendo-se como marco final de referência para a mensuração dos indicadores previstos no Plano Estratégico 2016-2021 o último trimestre de 2021, de modo a conferir a devida conclusão ao ciclo estratégico vigente.
- **Art. 7º** As propostas de alterações no plano estratégico que impliquem na revisão da identidade institucional (missão, visão e valores) ou tenham impacto nos objetivos e estratégias definidos deverão ser submetidas à apreciação do Conselho de Governança e, subsequentemente, ao Plenário do Tribunal.
- **Art. 8º** As propostas de alteração de indicadores e variáveis, assim como as revisões de metas anuais, deverão ser submetidas à apreciação do Comitê de Gestão da Estratégia.
- § 1º As alterações de responsáveis por indicadores e variáveis no âmbito de um mesmo objetivo estratégico poderão ser avençadas pelas áreas envolvidas, propostas à análise da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e validadas pela unidade responsável pela análise do objetivo estratégico ao qual o indicador estiver vinculado, dispensada a avaliação pelo Comitê de Gestão da Estratégia.
- § 2º As modificações efetivadas na estrutura de indicadores serão consolidadas nas atualizações periódicas do Plano Estratégico e do Glossário de Indicadores, formalizadas em versões incrementais que serão aprovadas pelo Presidente do Tribunal e publicadas após sua autorização.
- **Art. 9º** Compete ao Comitê de Gestão da Estratégia monitorar a execução do plano estratégico do TRE-RJ, acompanhar seus resultados, desempenho e impacto e avaliar as ações necessárias ao impulsionamento estratégico nas Reuniões de Análise da Estratégia, na forma prevista em ato regulamentador, com o apoio da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e seções vinculadas.
- Parágrafo único. Caberá às unidades indicadas como responsáveis pelas análises de desempenho de cada objetivo estratégico o acompanhamento de sua evolução frente às metas estabelecidas, em interlocução com a Coordenadoria de Planejamento Estratégico e demais unidades responsáveis pelos respectivos indicadores, de forma a subsidiar o efetivo monitoramento pelo Comitê de Gestão da Estratégia.
- **Art. 10.** Caberá à Coordenadoria de Planejamento Estratégico o planejamento e desenvolvimento das ações de comunicação da estratégia, para divulgação dos direcionadores estratégicos, objetivos e iniciativas, dentre outros elementos relacionados ao plano estratégico institucional e à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, com o objetivo de fomentar o engajamento do corpo funcional em sua execução e a transparência dos resultados alcançados.



#### **CAPÍTULO III**

# DO ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO TRE-RJ 2021-2026

- **Art. 11.** O Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026 orientará a elaboração dos planos de contribuição de unidades judiciárias e administrativas da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.
- **Art. 12.** A proposta orçamentária do TRE-RJ e os demais instrumentos de planejamento institucionais, táticos e operacionais deverão estar alinhados ao Plano Estratégico TRE-RJ 2021-2026, de forma a observar as prioridades estratégicas definidas e garantir os recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos necessários à sua execução.

## **CAPÍTULO IV**

## DA REVISÃO DO PLANO ESTRATÉGICO TRE-RJ 2021-2026

**Art. 13.** O Plano Estratégico será revisado, sempre que necessário, para contemplar as mudanças no ambiente interno ou externo e manter o alinhamento às diretrizes nacionais do Poder Judiciário, observados os procedimentos descritos no Capítulo II desta Resolução.

## **TÍTULO III**

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 14. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Tribunal.
- **Art. 15.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se, a partir de 1º de janeiro de 2022, a Resolução TRE-RJ nº 938/2015.

Rio de Janeiro, 10 de Agosto de 2021.



# Desembargador CLÁUDIO LUÍS BRAGA DELL'ORTO

Presidente do TRE-RJ

# ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO TRE/RJ /2021

O anexo desta Resolução encontra-se disponível no link abaixo:

https://www.tre-rj.jus.br/o-tre/governanca-e-gestao-estrategica/arquivos-governanca-e-gestao-estrategica/pla

Publicada no DJE TRE-RJ de 14/08/2021